

Projeto decide futuro de quiosques

Irregulares serão punidos

Substitutivo que regulariza o setor será votado ainda nesta semana

VANESSA LIPPELT

O drama dos cerca de 10 mil quiosqueiros de todo o Distrito Federal pode estar com os dias contados. Deve ser sancionado pelo governador Joaquim Roriz, ainda nesta semana, o substitutivo a dois projetos de lei sobre a regularização dos quiosques, trailers e similares do Distrito Federal.

O documento foi aprovado na quarta-feira passada, em primeiro turno, pela Câmara Legislativa. A votação em segundo turno, marcada para o dia seguinte, foi cancelada por falta de quórum e deve acontecer esta semana.

De acordo com o vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argello (PMDB), o substitutivo aos projetos de lei números 922/99 e 539/2003, assinado por ele, pelo deputado Izalci Lucas (PFL) e pelo deputado José Edmar (PMDB), tem como objetivo garantir sossego aos quiosqueiros. "O substitutivo vai assegurar o funcionamento dos quiosques e resolver de forma definitiva o problema vivido pelos proprietários desses estabelecimentos", explica o deputado.

O documento trata, também, da situação dos quiosqueiros localizados em duas rodovias do Distrito Federal. Há três anos, os donos dos quiosques na área de embar-

que e desembarque da Rodoferroviária lutam na Justiça para se manter no local.

A notícia do projeto de lei provocou alívio nos donos dos 19 quiosques instalados na área. Abdon Batista de Lima, de 65, dono do quiosque localizado na plataforma 11 há quatro anos, fez questão de acompanhar a votação na Câmara Legislativa.

"Fiquei muito feliz. Dos 24 deputados, 19 votaram a nosso favor", comemorou ele. "Nós geramos emprego aqui. Cada um dos quiosques emprega, pelo menos, umas três pessoas. É uma covardia tirar a gente daqui".

Ao lado do patrão Abdon, o balconista Astrogildo Dias da Silva deixou de lado a preocupação de perder seu emprego como no quiosque. "Estávamos todos desesperados só de imaginar que a gente pudesse ficar sem trabalho", conta ele, que veio do Piauí para tentar a vida em Brasília. "É uma felicidade saber desse projeto de lei".

Cansado das ameaças de expulsão da Rodoferroviária, outro quiosqueiro, Ronaldo César Godinho, nem se abalou com a notícia. "Se me tirassem daqui, ia pegar meu maquinário e tentar um outro ponto", conta ele. "Mas eu tenho certeza de que o governador Roriz vai sancionar a lei e dar essa tranquilidade para todos nós", opinou.



Há três anos, os quiosqueiros lutam para ficar no setor de embarque da Rodoferroviária

Regras mudaram várias vezes

Desde 1995, seis leis e um decreto já modificaram as regras de regularização dos quiosques no DF. A Lei 901/95, do deputado Izalci Lucas, determinava a regularização mediante autorização, válida por cinco anos e passível de renovação; concedia prazo de 360 dias para regularização das instalações e determinava o cancelamento definitivo da autorização em caso de descumprimento das condições.

Um ano e meio depois, o deputado distrital Geraldo Magela, na Lei 1.361, diminui

o prazo de regularização de 360 dias para 180. Em 1997, o então deputado distrital Luiz Estevão concedeu prazo de 60 dias para requerer a regularização e, se o Executivo não se manifestasse sobre o requerimento em 120 dias, consideraria regularizado o estabelecimento e proibia a concessão de novas autorizações até o término da regularização dos quiosques em funcionamento até agosto de 1996.

A vedação de transferência a terceiros foi mantida no Decreto nº 18.462 de 18 de ju-

lho de 1997. No mesmo ano, uma outra lei permitia a regularização de estabelecimentos que funcionassem em áreas definidas como passíveis de uso até 1º de agosto.

Em 2002, o deputado César Lacerda proibia, em mais uma lei, novas autorizações no Lago Sul. Ainda nesse ano, o preparo de alimentos em estabelecimentos no Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte (SAAN) foi autorizado por meio da Lei 3.056.

A nova lei (539/2003), proposta no projeto aprovado pe-

Até o substitutivo ser aprovado em segundo turno e sancionado pelo governador Joaquim Roriz, os quiosques e trailers irregulares continuarão a ser derrubados. O aviso é do secretário de Fiscalização de Atividades Urbanas, Vatanábio Brandão. "Vamos continuar derrubando os quiosques irregulares que vendem bebidas alcoólicas e cujo direito de uso tenha sido transferido para terceiros", alerta.

Para o secretário, o substitutivo do projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa é um avanço. "Queremos ver as pessoas trabalhando, mas desde que estejam dentro da lei. Esses nós não vamos retirar", promete.

Só neste ano, dos cerca de 10 mil quiosques do DF, 200 foram derrubados no Plano Piloto (60 deles só no Saan). Nas outras regiões administrativas foram 500.

la Câmara na quarta-feira, prevê que mesmo as pessoas que tenham adquirido o direito de explorar o quiosque de terceiros poderão regularizar sua situação e que a exploração se dará de acordo com a legislação vigente. Caberá às Administrações Regionais conceder novas autorizações, sendo vedadas autorizações àqueles que tenham passado o direito de exploração a terceiros e serão retomadas as áreas públicas ocupadas por trailers e quiosques que não estejam em funcionamento.